

A EDUCAÇÃO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERSPECTIVAS PARA UM NOVO CONTEXTO

Rodrigo da Silva Vital – mestrando em educação (1)
Cristhianny Bento Barreiro – doutora em educação (3)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Direitos Humanos e Justiça Social
rodrigovital@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta uma construção teórica, crítica e descritiva da educação social na proteção social básica da assistência social, um campo que a institui com garantia e continuidade à população. Assim, o serviço assistencial relacionado foi contextualizado e descrito, bem como os seus educadores sociais. Posteriormente, foi apresentada uma análise sociológica que questiona a relação de desvalorização de fenômenos não hegemônicos – caso da educação social. Após isso, foi traçado um paralelo entre educação social e educação popular, refletindo sobre o cuidado contra-hegemônico no tencionamento de estruturas sociais. E por fim, fez-se uma breve reflexão sobre a pedagogia social como campo de teorização dessa modalidade educativa, havendo a necessidade de pesquisadores, teóricos e interessados considerarem a experiência atual dessa educação, valorizando a sua experiência social.

Palavras-chave:

educação social; educador social; assistência social; pedagogia social; socioeducação.

Introdução

Como parte de uma pesquisa maior, o presente trabalho pensa um contexto recente da socioeducação (os serviços públicos de assistência social), bem como os objetivos e a sua configuração política, além de uma análise sociológica sobre fenômenos não hegemônicos; caso da educação social que, dialogando com a educação popular, prevê cuidados contra-hegemônicos em sua promoção. Em seguida, há alguns apontamentos sobre a pedagogia social, finalizando com algumas considerações importantes.

Revisão da Literatura

Segundo Gomes (2011), a educação social é produzida considerando a exclusão e a vulnerabilidade social, bem como a cidadania e a democracia. Já Souza (2014) diz que essa educação deve acolher os valores do contexto em que acontece, já que o seu objetivo é a própria vida social.

Para Araújo (2014), a educação social vive problemas da educação escolar, pois ambas compartilham um espaço sociopolítico. E se isso propõe uma interseção entre os dois tipos de educação, como a base processual (a aprendizagem para manutenção ou transformação de estruturas sociais), Dietz (2013) sugere conteúdos que não estão presentes na escola, mostrando a necessidade de se oferecer diferentes formas de educação; o que demarca uma especificidade da educação social.

Metodologia

O presente estudo é do tipo teórico, descritivo e argumentativo, refletindo sobre a educação social. Ele surge da necessidade de entender alguns elementos educativos e perspectivas sociais que influenciam o modo de compreender e pensar essa educação.

A Proteção Básica na Assistência Social: política, funcionamento e educação

Segundo Brasil (2009), a proteção social básica é organizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é um serviço público, territorial, que deve estar presente nos locais de vulnerabilidade, referenciando até mil famílias. Conforme Ferreira (2011), o CRAS possui uma equipe constituída, obrigatoriamente, por assistente social e profissionais de nível médio, como o educador social, podendo ter outras categorias, como pedagogos, terapeutas ocupacionais, sociólogos e psicólogos.

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (2016), os educadores sociais devem garantir a atenção, a defesa e a proteção de pessoas em risco social, assegurando seus direitos e avaliando as suas necessidades. Sobre a formação, não há requisitos que tipifiquem uma escolaridade, estipulando funções como a socioeducação, o planejamento e avaliação de trabalhos, além de ações de comunicação.

Um dos serviços socioassistenciais é o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos que, segundo Brasil (2010), promove a convivência, o protagonismo e a autonomia, além da formação cidadã de crianças e adolescentes. Trata-se de um serviço planejado com a gestão municipal, tendo ações executadas por educadores sociais que, por sua vez, são acompanhados pelo CRAS.

Conforme Brasil (2010), os usuários devem ser, prioritariamente, crianças e adolescentes em proteção especial, como vítimas de trabalho infantil e menores em reintrodução familiar, ou aqueles que tenham deficiência ou acesso precário a serviços essenciais; além daqueles de família inscrita no Bolsa Família. Os grupos funcionam com o máximo de 20 participantes, com turnos de até 04 horas de duração, realizando ações culturais, lúdicas e esportivas visando produzir sociabilidades.

A Educação Social na Assistência Social: um fenômeno ausente e emergente

A educação social enfrenta as dificuldades gerais da educação, mas também vive questões específicas, como a sua invisibilidade por ocupar espaços excluídos, ou por considerar saberes não convencionais. No entanto, para Santos (2002), é preciso que fenômenos não hegemônicos, como essa educação, sejam compreendidos para prevenir o desperdício da sua produção social; o que acontece quando experiências são diminuídas por serem diferentes daquilo que é considerado hegemônico, como a hegemonia da educação escolar.

Isso pode acontecer com a socioeducação da assistência social, que se diferindo das formas hegemônicas de educação, pode ser subjugada por pensamentos mais convencionais, reforçando o desperdício de saberes que ela construiu até então. Assim, é preciso defender a importância dessa educação; o que vai ao encontro da sociologia das ausências que, evidenciando as experiências que são percebidas como ausentes, argumenta seus valores sociais, discutindo sua credibilidade e combatendo o anonimato de suas construções.

Além disso, mostrando que o pensamento cronológico favorece o sacrifício de experiências que existem no presente, que podem ser trocadas por visões futurísticas que concebem um ideal, Santos (2002) combate a subestimação de experiências sociais não convencionais, usando a sociologia das emergências que, prevendo projeções plurais e concretas, aproxima o futuro do presente, valorizando as possibilidades mais reais a partir daquilo que existe. Desse modo, as experiências do presente podem para ampliar os saberes e práticas do futuro – a consideração da socioeducação de hoje pode qualificar essa educação no futuro.

Aproximando a Educação Popular da Educação Social: um cuidado contra-hegemônico

Segundo Brandão (2009), os locais que praticam educação popular, idealmente, oferecem acesso democrático à população, incluindo pessoas com acesso precário a outras formas de

educação. Além disso, segundo Júnior e Torres (2009), o objetivo é revelar práticas de dominação, acusando as omissões do Estado; o que sugere repensar o vínculo dessa educação com as práticas mais convencionais, já que elas arriscam o seu caráter popular, já que modelos hegemônicos podem controlar e distorcer os valores contra-hegemônicos de educação.

No caso da socioeducação na assistência social, por haver um vínculo direto com o Estado, existe a necessidade de proteger seus constituintes contra-hegemônicos – percebe-se uma estrutura híbrida nessa educação, que deve qualificar a vida social ao mesmo tempo em que representa interesses governamentais, havendo o risco de servir à vigília e ao controle sociais, bem como dela se reduzir a burocracias e assistencialismos.

A Pedagogia Social

Parte dos estudos sobre a educação social apontou a pedagogia social como um campo específico de fundamentação. E se essa centralização pode diminuir a pluralidade do pensamento educativo, ela também contribui para demarcar uma especificidade dessa educação.

Segundo a ABRASPSocial (2011), o termo “educação não formal” desvaloriza os tipos não hegemônicos de educação, sendo importante repensar a classificação, pois saindo do clichê *formal* e *não formal*, há outras perspectivas de especificação (educação sociocultural, sociopedagógica ou sociopolítica).

Segundo Silva (2011), essa pedagogia possui princípios fundamentais, como a emancipação e a autonomia, prevendo a educabilidade de pessoas, famílias, comunidades, sociedades, governos, Estados ou instituições. Ou seja, o conceito de pedagogia social se baseia na mediação entre público e privado, considerando os conflitos (pessoais e institucionais) – ideia que também perpassa a educação discutida aqui, visto que os serviços públicos de assistência social sediam encontros entre pessoas e governabilidades.

Considerações Finais

Realizando a discussão teórica, foi possível explorar um novo contexto para a educação social: as organizações governamentais; o que propõe refletir necessidades relacionadas à promoção de ações educativas, que ultrapassando os interesses do Estado, também deve se aproximar das necessidades da população, qualificando sua vida social. Já sobre a fundamentação, a partir da

pedagogia social, percebe-se que a socioeducação precisa considerar aspectos fundamentais em educação contra-hegemônica, mas também deve buscar conhecimentos específicos ou próprios da educação social.

Referências Bibliográficas

ABRASPSOCIAL. Introdução. In: SILVA, R. et al. *Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da educação social*. 1. São Paulo: Expressão e Arte, 2011. p. 7-10.

ARAÚJO, J. **A Educação Não Formal e as Políticas Públicas para a Juventude em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social**. 2014. 84f. (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2014.

BRANDÃO, C. R. Apresentação – Aprender a saber com e entre outros. In: FIGUEIREDO, D. A. et al. (Org.) *Educação Popular na Perspectiva Freiriana*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 09-18.

BRASIL. Classificação Brasileira de Ocupações. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

BRASIL. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. In: Brasil (Org.). *Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos*. Brasília: Companhia Editora Nacional, 2010. p. 40-51.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. 2º ed. Brasília: Companhia Editora Nacional, 2009. 178p.

DIETZ, K. G. **Educadores sociais que atuam no contraturno escolar junto a crianças e adolescentes: os sentidos e significados atribuídos a sua atividade**. 162p. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, S. S. Equipes de Referência. In: BRASIL (Org.). *NOB RH Anotada e Comentada*. Brasília: Companhia Editora Nacional, 2011. p. 25-38.

GOMES, J. A. C. La Pedagogía Social em la encrucijada: acerca del deseo y las realidades de una educación social transformadora. In: SILVA, R. et al. *Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da educação social*. 1. São Paulo: Expressão e Arte, 2011. p. 7-10.

JÚNIOR, I. P.; TORRES, M. M. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: FIGUEIREDO, D. A. et al. (Org.) *Educação Popular na Perspectiva Freiriana*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 19-53.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-289, Out. 2002.

SILVA, R. Visões e Concepções Necessárias a uma Teoria Geral da Educação Social. In. SILVA, R. et al. *Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da educação social*. 1. São Paulo: Expressão e Arte, 2011. p. 7-10.

SOUZA, L. C. C. **Formação e Trabalho do Educador Social**: estudo dos editais de concurso público na Região Metropolitana de Curitiba. 2014. 153 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

